



CONSTITUCIONALISMO E MEIO AMBIENTE: OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

CLEIDE CALGARO



Constitucionalismo e meio ambiente: os desafios contemporâneos

Cleide Calgaro



Este livro recebeu apoio financeiro da FAPERGS (edital nº 02/2017 – PQG, sob a outorga nº 17/2551-0001-165-1), resultante dos Grupos de Pesquisas (CNPQ): Metamorfose Jurídica (GPMJ - UCS), Regulação Ambiental da Atividade Econômica Sustentável (REGA- ESCOLA SUPERIOR DOM HELDER CÂMARA) e Filosofia do Direito e Pensamento Político (UFPB).

RECURSOS NATURAIS ESCASSOS COMO DIREITOS DE QUARTA GERAÇÃO? – UMA ABORDAGEM FILOSÓFICA

Leno Francisco Danner¹³⁸

Fernando Danner¹³⁹

Agemir Bavaresco¹⁴⁰

Considerações iniciais

Desde o início deste século XXI, os dados e as exortações científicos acerca de um progressivo processo de esgotamento de nossos recursos naturais (em particular os recursos não renováveis), ou mesmo de paulatino aquecimento da temperatura na Terra, incluindo a própria destruição da camada de ozônio, acirram-se. Quer dizer, *há uma constatação clara* de que o atual processo de crescimento econômico leva tanto ao esgotamento de recursos naturais não renováveis quanto a mudanças climáticas e à poluição ambiental. E, diante disso, também há uma constatação clara *das conseqüências* desse processo de crescimento econômico, (processo econômico este) que leva à degradação ambiental, à destruição de ecossistemas e à deterioração da qualidade de vida de um número cada vez maior de seres humanos. *Todos os dias*, espécies naturais e animais são extintas; a utilização de agrotóxicos e produtos transgênicos, biotecnologicamente modificados, pode levar ao surgimento de doenças; o consumo generalizado de combustíveis fósseis leva à destruição da camada de ozônio e, como conseqüência, ao aumento da temperatura na Terra, etc. – em suma, nosso planeta está se transformando, por causa do crescimento econômico, e sabemos com quase cem por cento de certeza de que esta

¹³⁸ Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Contato: leno_danner@yahoo.com.br

¹³⁹ Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Contato: fernando.danner@gmail.com

¹⁴⁰ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Contato: abavaresco@puhrs.br

transformação não é para melhor, em termos qualitativos. Além disso, dados científicos mostram não apenas que vinte por cento da população mundial passa fome¹⁴¹, senão que também morrem de fome milhares de seres humanos todos os dias, e isso diante do revolucionamento da produção, que é mais do que suficiente para saciar a todos os habitantes do mundo.

Evidentemente, mudanças climáticas na Terra marcaram o tom do desenvolvimento de nosso planeta e, a darmos crédito ao darwinismo, a evolução que colocou o *homo sapiens* enquanto espécie hegemônica caracterizou-se por um duplo movimento, a saber, mudanças climáticas que levaram ao aumento da temperatura na Terra, de um lado, e aclimação desta espécie às novas condições ambientais que se apresentavam, de outro lado. Quer dizer, *mudanças climáticas acontecem espontaneamente* – e o darwinismo está aí para nos explicitar que, nesse processo de lenta transformação ambiental e climática, espécies surgem e desaparecem, de acordo com sua capacidade de se adequarem a tais mudanças ou não.

Entretanto, o novo está em que, com a consolidação do desenvolvimento técnico-científico, *o homem passou a conduzir esse processo de evolução e de transformação ambiental, climática*. Não se trata mais de um processo que acontece espontaneamente e à revelia do controle humano, senão que são os próprios homens, dado seu instrumental técnico-científico, que controlam e que conduzem esse processo. Em princípio, portanto, a evolução humana já não necessita mais de uma aclimação ao ambiente, mas sim, pelo contrário, aclimata o ambiente às próprias condições e necessidades humanas. Inverteu-se, no caso do homem, o próprio caráter da evolução, na medida em que é o ambiente que é aperfeiçoado para a sobrevivência do homem, e não mais o homem que se adapta ao ambiente para sua sobrevivência.

Ora, mas não é só isso. Desde a segunda metade do século XX, se pode perceber o caráter agressivo do desenvolvimento capitalista, calcado na produção e no consumo massivos, que levam, como consequência, a uma utilização cada vez mais intensa de recursos naturais, bem como a uma

¹⁴¹ Cf.: Presidência da República. *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento*, p. 08-09.

poluição e a uma degradação ambiental *já consolidadas* – para não dizer da própria distribuição contraditória, desigual, dessa produção e mesmo da riqueza. Nesse sentido, ainda se percebe o homem conduzindo sua evolução, por meio da transformação técnico-científica da natureza e do próprio homem, e isso fundamentalmente com vistas às exigências de uma economia mais dinâmica e necessitada de novos âmbitos a partir dos quais o processo de acumulação possa encontrar novo fôlego – ele (tal processo de acumulação) que, nesta primeira década do século XXI, parece novamente ter entrado em crise. Porém, tal desenvolvimento, entendido como crescimento econômico e generalização do consumo, parece ter adquirido um caráter automático, na medida em que a sociedade democraticamente organizada perdeu o controle sobre ele. A biotecnologia (intervenção técnico-científica no próprio homem) e a transgenia, mas também a própria utilização dos recursos naturais (enfim, o próprio sentido do crescimento econômico) *são subtraídos da discussão democrática*, ficando sob a responsabilidade de inversores privados, da dinâmica do mercado, da administração estatal, dos estrategistas militares, ou até dos próprios cientistas e de sua permanente crença de uma autonomia da ciência em relação à justificação e à legitimação democráticas¹⁴².

Diante disso, proponho-me refletir, aqui, sobre a consequência desse processo de crescimento econômico calcado na utilização e no consumo massivos dos recursos naturais, a saber, o progressivo esgotamento dos recursos naturais, em particular os recursos naturais não renováveis e, nesse aspecto, tanto a destruição de mundos vitais, que é cada vez mais intensa, quanto o *déficit* em termos da distribuição desses recursos em uma situação na qual eles já não estarão mais disponíveis para todos em condições equitativas – conforme refletirei, logo adiante, sob a metáfora de *guerra*

¹⁴² Sobre a questão da biotecnologia e de sua relação com a esfera econômica capitalista e com práticas biopolíticas em termos estatais, que não tratarei aqui, conferir: RAJAN, Kaushik Sunder. *Biocapital: the Constitution of Postgenomic Life*; ROSE, Nikolas. *The Politics of Life Itself: Biomedicine, Power, and Subjectivity in the Twenty-First Century*; COOPER, Melinda. *Life as Surplus: Biotechnology & Capitalism in the Neoliberal Era*; HABERMAS, Jürgen. *O Futuro da Natureza Humana: a Caminho de Uma Eugenia Liberal?*

pelos recursos, seguindo sugestão de muitos autores. Faço isso por meio da introdução, já sugerida por John Rawls, da idéia de *cuidado para com as gerações futuras*, reformulando-a a partir do conceito de *direitos de quarta geração*, que deveriam englobar certo conjunto de políticas públicas e até culturais calcadas na preservação desses recursos escassos e também em processo educacionais e de fomento cultural que levem à construção de uma cultura política pública de cuidado para com os mesmos. Naturalmente, isso pressuporia uma mudança nos rumos do crescimento econômico e de seu sentido – e isso me parece o mais fundamental, como procurarei enfatizar na parte final deste texto. A hipótese levantada está em que estes direitos de quarta geração se colocam no mesmo patamar dos direitos de primeira, segunda e terceira gerações, devido à sua centralidade em termos de sobrevivência humana na Terra – e, portanto, em termos de efetividade das outras três categorias de direitos. Nesse sentido, interessantemente, minhas reflexões conduzem à defesa da regulação do mercado como uma das questões-chave no que diz respeito a essa idéia de direitos de quarta geração.

1. Em primeiro lugar, gostaria de delinear duas daquelas que entendo serem as características fundamentais do atual modelo de desenvolvimento econômico e social que é colocado como a base paradigmática das sociedades capitalistas ocidentais desenvolvidas e, por extensão, da própria globalização econômica por elas orquestradas (pensemos, em relação a isso, no FMI, no Banco Mundial, no G-7 e, sob muitos aspectos, no G-20, etc., enquanto agências regulatórias internacionais ligadas aos interesses daquelas economias desenvolvidas ou, pelo menos, ligadas à dinâmica econômica daquelas sociedades). A primeira dessas características consiste na defesa de um modelo de desenvolvimento social marcado pelo consumismo (e por um consumismo elevado ao seu grau máximo), que deveria – e que num futuro próximo deverá – ser estendido a todos os países e povos, segundo a retórica político-midiática que ouvimos incessante e *estimuladoramente*. Ora, de acordo com muitas pesquisas, o nível de consumo da sociedade norte-americana, sociedade que corresponde no máximo a 5% da população mundial, chega a quase 25% da produção mundial. Se acrescentarmos a isso

o consumo das nações européias, veremos que, no fim das contas, a produção mundial está direcionada fundamentalmente ao contexto das sociedades desenvolvidas e, o que é mais importante, veremos também que esse nível de consumo, na medida em que fosse universalizado, levaria ao esgotamento dos próprios recursos naturais em um curto prazo¹⁴³.

A conclusão, nesse sentido, é muito clara: o atual modelo de desenvolvimento social é insustentável em termos ecológicos e irrealizável em termos políticos. Em termos ecológicos, é insustentável pelo fato de levar diretamente à destruição e ao esgotamento progressivos dos recursos naturais e à poluição do meio ambiente, desregulando o próprio clima na Terra (fenômeno que já está acontecendo, e de maneira cada vez mais acelerada); e é irrealizável em termos políticos porque ele (ou seja, esse consumismo massivo) está direcionado fundamentalmente ao contexto dos países desenvolvidos e uma distribuição equitativa da produção mundial implicaria na perda desses privilégios que os habitantes dos países centrais teriam no que diz respeito ao acesso a esses recursos *escassos* – logo, é irrealizável em termos políticos exatamente pelo fato de que o consumismo é esse elemento central sem o qual qualquer forma de dominação política e de desenvolvimento econômico se tornam insustentáveis em uma situação em que o nível de vida dos próprios habitantes das democracias desenvolvidas em primeiro lugar está decaindo (basta salientar o aumento do desemprego estrutural e a redução das funções do Estado de bem-estar social nesses mesmos países).

Além disso, naturalmente, não se trata (mas essa é minha visão negativa da situação de nossas economias capitalistas) de um projeto político viável pelo fato de que a distribuição equitativa dos recursos materiais implicaria em que, em um certo sentido, tal distribuição levasse em conta o fato de os pobres não terem condições econômicas para adquirir tais recursos materiais. Quer dizer, os pobres não podem pagar pelos produtos e, nesse sentido, uma distribuição equitativa da produção, se fosse politicamente viabilizada, deveria pautar-se por essa situação, de modo a que o mercado

¹⁴³ Cf.: WELZER, Harald. *Guerras climáticas: por que mataremos e seremos mortos no século 21?*, p. 14.

socializasse tais bens aos pobres *gratuitamente*, o que implicaria na mudança da lógica da produção, na mudança da lógica do próprio mercado, que visa, como já denunciava Karl Marx no século XIX, à produção de valores de troca, e não o fomento de valores de uso. Nesse sentido, o mercado teria de fomentar valores de uso, e não valores de troca – o que leva a uma mudança em sua lógica. Claro, os Estados e mesmo instâncias de distribuição supranacionais (se estas existissem) poderiam financiar tal distribuição, poderiam pagar por ela, fomentando a própria produção. Entretanto, no horizonte de uma sociedade mundial economicamente interligada, não se desenha tal intenção, haja vista, inclusive, que a atual crise mundial implicou fundamentalmente no investimento estatal – em particular nos países desenvolvidos – nas próprias empresas em vias de falência, e não na sociedade de uma maneira geral. Pelo contrário, o que se percebe é a tendência ao acirramento da globalização econômica e, aqui, a tendência à manutenção de padrões de desenvolvimento desiguais entre os países.

Por outro lado, ainda que os Estados pagassem pela distribuição, acredito que isso paulatinamente ou se tornaria um direito obrigatório, ou mesmo levaria à mudança da lógica mercantil descrita acima, na medida em que tal distribuição, que não poderia ser realizada pelo mercado, e sim por uma instância exterior a ele, se tornaria uma obrigação permanente. Desse modo, se a distribuição equitativa da produção, seja em nível nacional, seja em nível internacional, se tornasse um direito (especialmente para os menos favorecidos ou para os excluídos do consumo), isso implicaria na mudança da lógica do mercado, fundado na promoção dos valores de troca, que doravante teria de ser gerido com vistas a canalizar sua produção para o fomento de valores de uso – valores estes que teriam adquirido primazia em relação aos valores de troca. Nesse sentido, politicamente falando, a distribuição equitativa dos recursos produzidos (fomento dos valores de uso) implicaria na derrocada do mercado capitalista, motivo pelo qual, nas atuais condições de uma esfera econômica monopolista e autônoma em relação à justificação democrática (e que, ao contrário, determina os rumos da política interna e da política externa), ela é irrealizável.

O consumismo massivo, por parte dos habitantes desses países desenvolvidos, além disso, não satisfaz apenas a lógica da produção econômica (em vista do lucro – a produção tem de ser consumida incessantemente sob pena de acontecer uma crise de superprodução que não seria acompanhada pelo consumo dessa mesma produção); ele satisfaz principalmente a lógica da redução do tamanho do Estado de bem-estar social e a lógica da transnacionalização do capital, levadas a efeito concomitantemente pelo neoliberalismo, que se torna hegemônico a partir de fins da década de 1970 em diante na Inglaterra (com Margaret Thatcher) e nos EUA (com Ronald Reagan), espalhando-se, após, pelas demais democracias ocidentais, sob a batuta daquelas agências supra-estatais de regulação internacional acima citadas (no Brasil, as reformas neoliberais consolidaram-se a partir de meados da década de 1990, com Fernando Henrique Cardoso). Ora, o consumismo é, em relação a este último ponto, um instrumento político-ideológico de controle social, na exata medida em que ele permite que o Estado de bem-estar social, retirando-se tanto do investimento nas áreas sociais quanto da própria regulação do mercado, deixe esse mesmo mercado novamente ser guiado pela dinâmica dos grandes monopólios econômicos, agora sem nenhum freio político nem qualquer amortização dos impactos sociais. E o consumismo ofereceria uma espécie de anestesia (ainda que frágil), uma justificação ideológica em termos de cultura de massas, para que os habitantes das democracias desenvolvidas tanto aceitem a redução de seu nível de vida quanto uma transnacionalização do capital que é feita com base no empobrecimento de grandes parcelas da população mundial concomitantemente à concentração da riqueza por parte desses conglomerados econômicos (veja-se, em termos de países ricos e pobres, as diferenças salariais entre os trabalhadores – um dos motivos que levam as empresas transnacionais para países pobres consiste exatamente no baixo valor da mão-de-obra nesses países pobres)¹⁴⁴. No mesmo sentido, o

¹⁴⁴ Obviamente, esta afirmação não vale para todos os casos, de modo que se pode encontrar também um combate ao consumismo massivo e supérfluo, bem como à má distribuição dos recursos, por parte desses mesmos cidadãos dos países desenvolvidos.

consumismo massivo, na medida em que caracterizaria o modelo de desenvolvimento social atual e, por conseguinte, na medida em que seria o objetivo do desenvolvimento econômico capitalista global, consolida a percepção de que a resolução dos problemas mundiais ligados à fome e à miséria passaria exatamente pelo maior desenvolvimento dos países pobres, a exemplo dos países ricos, que levaria à universalização desse mesmo consumismo, agora aos habitantes desses países pobres. Quer dizer, a questão aqui não seria a mudança estrutural no próprio sentido da globalização econômica atual, mas sim a radicalização dessa mesma globalização econômica. E, por fim, o consumismo generalizado está ligado àquela deturpação da esfera pública de que Jürgen Habermas já chamava a atenção desde a década de 1960, em que a centralidade da cultura de massas e a como que monopolização da esfera público-política pela mídia (que ainda por cima servia aos interesses de um Estado cada vez mais burocratizado) levavam à despolitização dessa mesma esfera pública, e sua transformação em uma instância de fomento do privatismo civil e do consumismo cultural¹⁴⁵.

2. A segunda característica que considero fundamental em relação ao atual modelo de desenvolvimento econômico e social diz respeito à própria questão econômica: o objetivo do sistema econômico consiste exatamente na produção massiva – que se utiliza, portanto, massivamente dos recursos naturais disponíveis – em vista, utilizando uma terminologia marxiana, da promoção dos valores de troca, ou seja, em vista do lucro puro e simples, de modo que a produção de bens obedece em primeiro lugar à própria dinâmica do cálculo custo/benefício, seja no sentido de que são produzidos fundamentalmente aqueles produtos que propiciam uma lucratividade otimizada, seja no sentido de que o próprio processo de aquisição dos produtos (ainda que a intenção implícita do mercado consista no consumo

¹⁴⁵ Cf.: HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigações quanto a Uma Categoria da Sociedade Burguesa*, p. 10-17; HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigações quanto a Uma Categoria da Sociedade Burguesa*, p. 191-290.

massivo e, portanto, na universalização do acesso a esse consumo) é determinado pela lógica da exploração do trabalho, que aponta para o acesso limitado aos bens, ou mesmo para a impossibilidade de se adquiri-los, na medida em que os subgrupos do processo produtivo e mesmo aquelas populações supérfluas já não satisfazem a lógica do próprio processo econômico, tal qual concebida em termos de ética do trabalho liberal-protestante. De acordo com essa lógica, se trabalha, se ganha e se vive; mas uma grande parcela da população, que já não trabalha ou que possui um trabalho precário, (a) não trabalha ou trabalha precariamente, (b) não ganha salário ou o ganha precariamente, e, em assim sendo, (c) não vive ou vive precariamente – e tudo isso sem abalar o próprio processo de acumulação.

Não obstante isso, o consumismo determina uma dinâmica econômica e social que, embora marcada pela desigualdade no acesso a esses produtos, gera um processo econômico e social destrutivo: tanto os recursos naturais quanto o desperdício, a má distribuição e mesmo a má qualidade dos produtos acarretam a morte respectivamente dos ecossistemas e de amplos contingentes populacionais. Nesse contexto, se me aparecem duas conseqüências importantes do consumismo capitalista: a primeira delas está em que efetivamente a ênfase em uma produção massiva, sustentada por um consumo massivo, tende a acelerar o processo de esgotamento dos recursos naturais, na medida em que essa mesma produção é feita de maneira absolutamente desregulada em termos tanto de satisfação das reais necessidades humanas (e eu conto com a compreensão de que se entenda o sentido do termo *reais necessidades humanas*, ou, pelo menos, de que este conceito não esteja irremediavelmente condenado ao subjetivismo das preferências pessoais e, portanto, aqui, impossibilitado de um ajuizamento racional objetivo; eu acredito, embora não o prove aqui, que é possível delinear um quadro objetivo acerca deles) quanto de utilização dos recursos naturais, que são utilizados de um modo tão despreocupado que parece que sempre os encontraremos às mancheias; a segunda delas está em que essa produção de valores de troca, voltada para a acumulação do capital, esquece da distribuição dessa mesma produção – não é casual, portanto, que chegamos a uma porcentagem de aproximadamente um bilhão de pessoas

desnutridas em um mundo capitalista que se gaba, com razão, de ter revolucionado a produção material (por meio do desenvolvimento técnico-científico), mas que se esquece, sem razão, de que o aumento da produção não tem nenhum mérito próprio se não for acompanhado da distribuição equitativa dessa mesma produção, em particular em sociedades universalistas como as nossas¹⁴⁶. Desse modo, o desenvolvimento econômico capitalista é irracional em um duplo aspecto: o primeiro aspecto consiste em que ele é feito desconsiderando o equilíbrio do ambiente natural, na medida em que se utiliza dos recursos naturais de maneira desregulada e mesmo na medida em que, utilizando-se do petróleo e de outros combustíveis fósseis (como o carvão), bem como produzindo uma quantidade sem precedentes de lixo, polui nossos solos e a atmosfera de uma maneira destrutiva; o segundo aspecto consiste em que ele, fundando-se na produção voltada à realização dos valores de troca (lucro), esquece exatamente da distribuição e do acesso equitativos dessa mesma produção, o que aponta para ilhas de privilegiados (que em muitos casos morrem de tanto comer) e para oceanos de miseráveis (que morrem por não terem o que comer). E a globalização econômica, tal qual está sendo realizada, acompanhada da globalização cultural fundada no *american way of life*, reproduzem agora em escala global essa dinâmica, mas com o agravante de que os grandes capitais se aproveitam dos recursos naturais, dos recursos humanos e da miséria dos países pobres para explorarem de maneira predatória esses recursos, essas pessoas e essa situação de subdesenvolvimento em vista da acumulação parasitária da riqueza por parte desses monopólios econômicos centrais – nesse sentido, conforme a retórica neoliberal, a universalização do acesso ao consumo, por parte dos países pobres, a exemplo das populações dos países ricos, que estaria em vias de se realizar, *é uma falácia, um mito*, pura e simplesmente. E é um mito que parte do pressuposto de que é a universalização dos valores de troca que efetivamente garantirá tanto o desenvolvimento econômico quanto o desenvolvimento social, quando sabemos que essa universalização *já é um*

¹⁴⁶ Cf.: WELZER, Harald. *Guerras climáticas: por que mataremos e seremos mortos no século 21?*, p. 22.

fato, já está consolidada, embora não seja acompanhada por esse desenvolvimento econômico e social tão afirmado enquanto consequência da universalização dos valores de troca. Já Marx, de todo modo, apontava para uma contradição entre valores de troca e valores de uso. E nós podemos perceber que, em nosso contexto, é a centralidade dos primeiros que determina um processo de desenvolvimento econômico que está desligado de um processo de integração social, que está desligado de um processo de satisfação das necessidades humanas.

Hoje, a China concorre de igual para igual com as economias desenvolvidas no que diz respeito à produção de bens materiais ligados ao consumo. Nós podemos perceber, inclusive, que em nosso contexto várias marcas de carros e de produtos eletrônicos de origem chinesa passam aos poucos a competir com marcas européias e norte-americanas já consolidadas no mercado nacional. Em relação a isso, percebo uma tendência que surge exatamente da hegemonia da China e de outros *Tigres Asiáticos* (Hong Kong, Coreia do Sul, Singapura e Taiwan) em termos econômicos, tendência essa que, de todo modo, já tinha sido instaurada pela transnacionalização do capital e da produção, por parte dos monopólios econômicos dos países capitalistas desenvolvidos, mas que se radicaliza por causa da competição levada a cabo por aqueles *Tigres Asiáticos* e, principalmente, da China. Essa tendência consiste em que a China e os *Tigres Asiáticos*, não possuindo ainda controle sobre o capital especulativo, centralizam sua esfera de atuação na produção massiva de bens de consumo, e com um objetivo bem específico, a saber, conquistar os mercados dos países subdesenvolvidos. Ora, uma das grandes características da globalização econômica neste século XXI, ao lado da predominância do capital especulativo e da consolidação da monopolização econômica, está na emergência de economias fundadas exatamente na produção de bens de consumo direcionados de modo fundamental aos mercados consumidores dos países subdesenvolvidos - produtos mais baratos, às vezes de menor qualidade e extremamente poluentes, e mesmo exigentes, na sua fabricação, de matérias-primas naturais e minerais que passam a ser consumidas em um grau cada vez mais acentuado, levando, nesse sentido, ao aumento da poluição e ao esgotamento

progressivo destes recursos. Em relação à China e aos *Tigres Asiáticos*, me parece que, muito mais do que buscarem acesso aos mercados de consumo dos países desenvolvidos (o que a China e esses *Tigres* também fazem), seu (da China e desses *Tigres*) objetivo consiste em ter acesso àqueles mercados de consumo em expansão nos países em desenvolvimento. Quer dizer, ao lado dos países industrializados e de sua produção massiva em vista de um consumismo massivo, começam a se consolidar economias emergentes cujo objetivo está em radicalizar essa produção massiva, mas agora para os países pobres e tendo estes como seu mercado principal. Nesse sentido, o que se percebe é um acirramento da centralidade de uma produção massiva voltada à realização dos valores de troca, o que generaliza esse processo econômico destrutivo dos recursos naturais.

Com isso, não se cria apenas uma situação de instabilidade econômica nesses países subdesenvolvidos pelo fato de que a abertura político-econômica aos grandes capitais internacionais impossibilita um desenvolvimento endógeno e autônomo por parte desses mesmos países subdesenvolvidos, mas também se cria uma situação de instabilidade ecológica, exatamente pelo fato de que esse consumismo massivo de bens materiais (pensemos na produção massiva de carros e na cada vez maior exigência por – e na utilização de – petróleo e outros combustíveis fósseis, como o carvão) somente pode ser realizado, nas nossas atuais condições científico-tecnológicas, *por meio* da utilização cada vez maior dos recursos naturais não renováveis disponíveis: a ciência, efetivamente, ainda não consegue – e, se depender das grandes empresas de petróleo e de seu poder, não conseguirá – substituir esses recursos energéticos fósseis. A conclusão é clara: a China já é um dos maiores poluidores mundiais, bem como um dos maiores utilizadores dos recursos naturais não renováveis em nível global.

3. Com isso, passo ao meu terceiro ponto, que tem relação direta com a Amazônia brasileira. Segundo uma literatura que tive acesso por esses dias¹⁴⁷, e que me impressionou deveras, uma das fontes fundamentais de

¹⁴⁷ Cf.: WELZER, Harald. *Guerras climáticas: por que mataremos e seremos mortos no século XXI?*, 2010; KLARE, Michael T. *Guerra por los recursos: el futuro*

conflitos, neste século XXI, senão a fonte principal dos conflitos neste século, será constituída exatamente por aqueles recursos naturais escassos e não renováveis – solos férteis, água potável, recursos minerais, etc. – que sob muitos aspectos já não poderão ser repartidos equitativamente (como já não o são) e que, por isso mesmo, se constituirão em fator de luta encarniçada não apenas por parte dos interesses dos monopólios econômicos e mesmo dos países centrais de uma maneira geral, mas também daqueles nativos que serão obrigados a, mesmo vivendo nos lugares desses recursos escassos, terem impedido o seu direito de acesso a eles. Michel Chossudovsky, em seu livro *Guerra e Globalização: Antes e Depois do 11 de Setembro*, nos faz um relato assustador de como o Oriente Médio e a cruzada antiterror ou mesmo antifundamentalista se tornam o centro de uma política norte-americana estratégica, cujo objetivo é, isso sim, garantir o domínio absoluto e exclusivo daqueles recursos por parte de empresas petrolíferas norte-americanas. Ou seja, e é isso que o texto de M. Chossudovsky aponta, a guerra antiterror, no Afeganistão, e a derrubada de Saddam Hussein, no Iraque, não têm nada a ver com uma espécie de luta moral contra o mal, encabeçada pelo governo norte-americano e imposta pelos *marines*, à qual George W. Bush se referiu tantas vezes, utilizando-a como justificativa para as invasões (“defesa dos povos livres” era o lema dos discursos legitimadores dessas invasões); essa guerra antiterror foi um pretexto ideologicamente forjado com o intuito fundamentar uma invasão, uma colonização, cujo objetivo é garantir a hegemonia norte-americana na região do Mar Cáspio, riquíssima, como disse, em petróleo e em gás natural, mas também estratégica em termos políticos, no que diz respeito ao controle da China e da Rússia (e de sua hegemonia na região). A luta por recursos naturais – e, em particular, por recursos energéticos naturais –, bem como por posições políticas e militares estratégicas, deu o tom dessa invasão¹⁴⁸.

escenario del conflicto global, 2003; JUHASZ, Antonia. *A tirania do petróleo: a mais poderosa indústria do mundo e o que pode ser feito para detê-la*, 2009; DILLON, Michael & REID, Julian. *The liberal way of war: killing to make life live*, 2009.

¹⁴⁸ Cf.: CHOSSUDOVSKY, Michel. *Guerra e Globalização: Antes e Depois do 11 de Setembro*.

Interesses geoeconômicos e geopolíticos, e não interesses humanitário ou morais, portanto, deram o tom dessa invasão. Isso está perfeitamente claro, hoje, praticamente dez anos depois.

Entretanto, aqueles autores acima salientados, defensores de uma provável guerra pelos recursos enquanto pautando o tom dos conflitos políticos e sociais ainda neste século, vão ainda mais longe, na medida em que afirmam que, em seguindo essa lógica destrutiva, o atual modelo de crescimento e de desenvolvimento econômico, calcado em uma cultura consumista enquanto seu substrato, conduz inevitavelmente a que, em um futuro já não muito distante, a questão-chave seja a luta pela sobrevivência pura e simples, no sentido de que, em um cenário em que os recursos naturais serão cada vez mais escassos, as populações lutarão pela posse desses recursos, que já não poderão ser socializados de maneira equitativa entre todos. Muito mais do que conflitos simplesmente determinados por interesses econômicos, é provável que sejamos envolvidos em conflitos marcados em primeiro lugar pela nossa sobrevivência, a partir de uma guerra por recursos que privaria outros seres humanos do acesso a esses recursos (como disse, essa situação *já acontece*). Neste momento histórico, o universalismo da Ilustração sofreria o seu derradeiro golpe de morte.

No século XXI, portanto, torna-se cada dia mais provável que não lutaremos em primeiro lugar pela hegemonia econômica, mas fundamentalmente pela sobrevivência física, que, e isso é um fato, cada dia se torna mais improvável em um futuro não muito distante, conforme dito acima, devido à poluição ambiental e ao esgotamento dos recursos naturais não renováveis. Luta pela sobrevivência que aponta para a luta pela garantia dos recursos naturais não renováveis ainda disponíveis – essa pode ser a tônica dos conflitos ao longo deste século e mesmo em séculos vindouros. Eu chamo a atenção para esse fato, que salientei acima: a utilização massiva dos recursos naturais não renováveis, que leva ao seu esgotamento, acompanhada da poluição do meio ambiente, tendem respectivamente a diminuir a possibilidade de obtenção desses mesmos recursos naturais (que não são renováveis) e sua distribuição equitativa a todos, bem como tende a paulatinamente instaurar mudanças climáticas que podem pôr em perigo a

sobrevivência de regiões inteiras do globo. Nesse contexto, a metáfora da *guerra pelos recursos* adquire todo o seu sentido: os recursos naturais não renováveis, agora em estágio de esgotamento progressivo, serão disputados por meio da violência, na medida em que não poderão ser repartidos equitativamente; e as terras férteis e a água potável, da mesma forma, serão disputadas enquanto efetivamente espaços vitais, mas, e essa será a triste ironia, por grupos específicos e entre eles, às custas do perecimento de outros grupos humanos, ou dos mais fracos desses grupos. É um fato, portanto, segundo esses estudos que salientei acima, que caminhamos, em seguindo a lógica da globalização econômica e do modelo de desenvolvimento econômico capitalista atuais, que caminhamos, como eu dizia, tanto ao esgotamento dos recursos naturais não renováveis quanto a mudanças climáticas ocasionadas pela utilização abusiva de combustíveis fósseis e, neste contexto, é coerente prevermos que, em um futuro não muito distante (que, para esses autores, já vai se dar no século XXI), os principais conflitos mundiais serão travados pela apropriação desses recursos naturais (como disse, solos férteis, água potável, florestas, alimentos e fontes energéticas, entre outros) por parte de grupos humanos em particular, já que esses mesmos recursos naturais não renováveis restantes não poderão mais ser distribuídos equitativamente entre todos. Lutaremos para sobreviver – ou seja, a volta da nossa civilização ao horizonte ancestral do darwinismo natural, mas agora sem a abundância de recursos naturais que aqueles nossos ancestrais dispunham e sem lugar para todos em termos de espaço vital e de acesso aos recursos naturais.

Nesse sentido, gostaria de explicitar o sentido do título desta minha comunicação, “Recursos naturais não renováveis como direitos de quarta geração? – uma abordagem filosófica”. É que nós vemos, se não estou enganado, desde o início da década de 1990, que a Amazônia está sendo tema cotidiano não apenas na mídia e no âmbito político brasileiros, nem apenas por ativistas ecológicos, mas também na mídia e em algumas esferas políticas dos EUA e da Europa, e por políticos e homens de negócio. A idéia, vinculada a essa maior visibilidade da questão amazônica, consiste em que aqui está o *pulmão verde* mundial, ou seja, o caráter basilar em termos de

estabilidade do clima mundial que a Amazônia possui. Mas também vemos pela biopirataria, pela riqueza de recursos naturais e minerais no solo amazônico (cobiçados por grandes empresas internacionais), e mesmo pela existência, se não estou enganado, do maior aquífero potável do mundo sob este mesmo solo amazônico, vemos por tudo isso, como eu dizia, que a Amazônia não apenas garantirá um mínimo de equilíbrio climático para o mundo como um todo já agora e em um futuro não muito distante, mas também, e até fundamentalmente, de que essa riqueza natural será uma fonte de sobrevivência para a população mundial, ou pelo menos para a parte dela que tiver mais poder militar. Supondo que o esgotamento dos recursos naturais e a poluição ambiental continuem em ritmo acelerado, a Amazônia será, neste século, um objeto de cobiça internacional, exatamente porque ela garantirá, neste futuro não muito distante, a sobrevivência daqueles que a dominarem. Não me parece mero acaso o fato, como lhes disse acima, de ela estar pouco a pouco recebendo tanta atenção internacional (e até de tantas ONGs estrangeiras). Ela é o pulmão verde do planeta, cobiçada por suas riquezas naturais (que gerariam altos lucros, despertando, assim, o interesse econômico de grandes capitais internacionais), mas, diante desse processo de solapamento dos recursos naturais, voltará a ser isso que ela sempre foi, a saber, a garantia da possibilidade de sobrevivência da população mundial, se bem que, se aquelas previsões forem certas, de parcelas específicas da população mundial, às custas da exclusão das demais.

4. Desse modo, poder-se-ia falar de *direitos de quarta geração* como uma questão central quando se pensa em desenvolvimento econômico e social hoje – especificamente quando se entende este desenvolvimento econômico e social como aumento da produção e, conseqüentemente, generalização e intensificação cada vez maior do consumo (o que leva à utilização massiva dos recursos naturais e mesmo à poluição do ambiente). Rawls, por exemplo, fala no *cuidado para com as gerações futuras* como uma prática *política e cultural* fundamental de uma sociedade democrática justa e bem-ordenada – e esse cuidado é tão importante que poderia ser colocado, inclusive, no mesmo patamar das obrigações políticas públicas que

outras obrigações como, por exemplo, fazer justiça mútua, realizar direitos sociais e garantir a paridade jurídico-política para todos os cidadãos e entre eles. Esse cuidado para com as gerações vindouras adquiriria a forma de investimento em desenvolvimento econômico, social e cultural, bem como apontaria para a realização de uma taxa de poupança a ser oferecida àquelas gerações futuras, claro, mas também na proteção dos recursos naturais, para que, por exemplo, tais gerações possam usufruir de um ambiente de qualidade, em todos os seus aspectos¹⁴⁹.

Ora, direitos de quarta geração envolveriam exatamente a percepção de que as gerações vindouras têm um direito básico a usufruírem, assim como nós, de um planeta protegido, preservado, e não marcado pela deterioração, poluição e mesmo escasseamento progressivo dos recursos naturais não renováveis. Provavelmente, diante do ritmo acelerado de deterioração, poluição e consumo desenfreado que esses recursos naturais não renováveis sofrem (em nome do – e como preço do – desenvolvimento econômico e social), é de se crer que em um futuro não muito distante esses mesmos recursos naturais não renováveis não poderão ser universalizados de maneira eqüitativa a todos os seres humanos, fato que, sem dúvida, instaurará guetos de privilegiados e de desprivilegiados não mais em termos de posse ou não de capital, mas sim em termos de acesso aos recursos naturais não renováveis (e mesmo renováveis), como água potável e ar puro, etc.

Quer dizer, o nível de desenvolvimento econômico atual e o modo como ele está sendo realizado, segundo seus arautos, tem de pagar um preço necessário, que, portanto, no discurso hegemônico, se torna moralmente aceitável, a saber: aumento da poluição ambiental e aumento na utilização dos recursos naturais renováveis e não renováveis. Mas a pergunta que fica é: até que ponto estes custos exigidos pelo nosso atual nível de progresso podem ser pagos indefinidamente? E mais: é necessário que sejam pagos nessa escala (ou em uma escala maior)? Parece-me, nesse sentido, que a idéia de um cuidado básico com as gerações futuras, diante dos inúmeros avisos de cientistas sobre o aquecimento da Terra, sobre a poluição, a

¹⁴⁹ Cf.: RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*, § 44, p. 315-316; RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*, § 44, p. 323-324; RAWLS, John. *O Liberalismo Político*, p. 327.

deterioração e o esgotamento dos recursos naturais, tais avisos, como dizia, tornam mais premente esta discussão não apenas sobre uma reformulação deste modelo de desenvolvimento econômico e social, mas, junto a isso, do eixo normativo que o embasa, no sentido de que o desenvolvimento econômico e social deve levar em consideração não apenas a justa distribuição de seus frutos (fato que a atual globalização viola flagrantemente), mas também ser levado a cabo a partir da promoção do ambiente, exatamente tendo em vista a promoção da qualidade de vida das gerações futuras, que *passa necessariamente* pela proteção do ambiente em que vivemos. Ora, com o termo *direitos de quarta geração* quer-se significar que o fato de todos os que nascem humanos serem livres e iguais (direitos individuais fundamentais - primeira geração) implica não apenas igualdade política e cultural (direitos políticos – segunda geração) e um mínimo de igualdade material (direitos sociais – terceira geração), mas também, e até como condição destes, de um ambiente preservado, em que os recursos naturais estejam acessíveis a todos (sem água potável e ar puro, por exemplo, ficaríamos doentes e provavelmente morreríamos – e, nesse sentido, de nada vale o acesso a sistemas de saúde de qualidade).

5. O crescimento econômico capitalista adquiriu autonomia em relação ao controle político-público. Nele, não apenas as decisões dos investidores privados acontecem de acordo com a dinâmica da acumulação e da satisfação dos requisitos indispensáveis à realização daquela (por exemplo, tudo aquilo que não é imediata e maximamente lucrativo não é produzido, por não ser *economicamente viável*), senão que, principalmente, *as decisões macro-estruturais*, que geralmente são levadas a efeito pelo Estado (que também é o fomentador, o pilar do crescimento econômico, fomentador do próprio processo de acumulação), por conglomerados econômicos e por organizações supranacionais de matiz econômico (FMI, Banco Mundial, Clube de Paris, Consenso de Washington, etc.), extrapolam os limites nacionais, se sobrepõem à legitimação democrática e, como consequência, impõem suas metas e seus interesses aos Estados nacionais e mesmo ao próprio mercado mundial, influenciando, em muitos casos,

decisões da própria ONU – não apenas na legitimação de guerras no Oriente Médio, riquíssimo em poços de petróleo, mas também no que diz respeito às decisões sobre a redução da emissão de poluentes, conforme previa o Protocolo de Kyoto. Quer dizer, a autonomia do mercado capitalista em relação à legitimação democrática da política econômica é claramente visível quando percebemos que as decisões políticas macro-estruturais são tomadas de acordo com organismos como os descritos acima, e não a partir de um processo de legitimação pública – e sempre fomentando uma modernização econômica cada vez mais avassaladora. Diante disso cabe a pergunta: em se pressupondo direitos de quarta geração, pode-se admitir que essas decisões macro-estruturais possam ser tomadas *apenas* de acordo com instâncias econômicas e, aqui, de modo independente à discussão e à legitimação democráticas? É a economia autônoma em relação à democracia? Pode ela prescindir da discussão democrática?

Em primeiro lugar, é evidente que eu ligo a deterioração cada vez mais intensa das condições ambientais, bem como o acirramento das desigualdades seja em nível interno de nossas democracias, seja em termos de economia global, a um processo econômico – agora em escala global – praticamente autônomo em relação ao controle e à legitimação democráticos e despreocupado em relação ao fomento de valores de uso. Em segundo lugar, tanto a pergunta sobre direitos de quarta geração, mas também a própria universalização dos direitos políticos e dos direitos sociais (segunda e terceira gerações), apontam para o questionamento sobre efetivamente quais âmbitos de discussão democrática tais direitos contemplam. Isso me parece muito importante. Como se deve reagir às reivindicações de grupos humanos pelo seu espaço vital, ameaçado pelo crescimento econômico (e pelo argumento da necessidade desse progresso econômico) e pela cada vez maior deterioração ambiental por ele causada? Isto é, tais direitos abrem um leque de legitimação mais amplo do que simplesmente a garantia dos direitos individuais fundamentais de corte liberal, que apontariam para a defesa estatal da integridade privada contra ingerências externas.

Neste último ponto, quando percebemos a sugestão de J. Habermas, enquanto crítica aos paradigmas jurídicos liberal e do Estado social, que,

ainda segundo este autor, se baseariam fundamentalmente na proteção das liberdades liberais subjetivas, calcadas no privatismo civil e no indivíduo produtivo, quando entendemos tal sugestão, como eu dizia, de que a autonomia privada somente pode ser pensada em sua correlação com a autonomia política, nos damos conta de que as nossas democracias contemporâneas, calcadas na íntima imbricação entre direitos individuais fundamentais, direitos políticos e direitos sociais, aumentam o espaço de discussão democrática sobre as questões sociais, ao passo que o paradigma jurídico liberal (liberalismo clássico, Estado de *laissez-faire*) restringia esse mesmo espaço em vista da proteção do mercado (*laissez-faire*)¹⁵⁰.

Nesse sentido, é óbvio que as democracias contemporâneas, por mais que encubram isso, pressupõem uma necessidade de legitimação muito maior do que a pura e simples garantia negativa dos direitos individuais fundamentais, como queria o liberalismo. E, ao fazerem isso, apontam para a ampliação dos temas políticos e sociais, bem como para a ampliação do espaço de discussão, a serem legitimados democraticamente. Ora, é aqui que eu gostaria de entronizar aquela pergunta feita acima, de se a economia, em particular as decisões macro-estruturais em termos de política econômica, pode passar ao largo não apenas da legitimação política, mas sim, em primeiro lugar, da própria discussão política cidadã. É certo, como ainda afirmava o próprio J. Habermas, que o poder tecnocrático do Estado, de um lado, e o poder da grande mídia, de outro, tendem a solapar paulatinamente a esfera política pública, a diminuir os espaços de discussão e as matérias necessitadas de legitimação, a criminalizar os movimentos sociais, bem como a apontar para o privatismo civil, mas também é certo que as necessidades de legitimação aumentam cada vez mais, apresentando-se irremediavelmente na esfera pública¹⁵¹.

¹⁵⁰ Cf.: HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre Facticidade e Validade*, p. 147; HABERMAS, Jürgen. *A Inclusão do Outro: Estudos de Teoria Política*, p. 83-87; HABERMAS, Jürgen. *A Inclusão do Outro: Estudos de Teoria Política*, p. 230-242. v. 2.

¹⁵¹ Cf.: HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre Facticidade e Validade*, p. 268. v. 2.

Por outro lado, temos de ter claro que o mercado mundial pode bem prescindir – como efetivamente o faz – de uma grande parcela dessa mesma população mundial, e isso não somente pelo fato de que ele não absorve toda mão-de-obra disponível (como já acontece, inclusive, com uma parcela cada vez maior da própria mão-de-obra dos países desenvolvidos, submetidos a uma situação de desemprego estrutural, permanente), mas também pelo fato de que uma grande parcela da população mundial, em particular essa que sequer tem condições de consumir o básico, é supérflua para o desenvolvimento econômico. Nesse sentido, a morte por fome de aproximadamente quarenta mil crianças por dia, ou a existência de praticamente um bilhão de famintos ao redor do globo, como se pode perceber, *não afeta o crescimento econômico* nem a lucratividade das grandes empresas, que seguem crescendo em poder econômico e, como conseqüência, em poder político: não apenas as economias nacionais, já submetidas a um processo de desnacionalização consolidado, mas também as decisões macro-estruturais em termos de mercado mundial e até instâncias de regulação política internacional (FMI, Banco Mundial, Consenso de Washington, o G-7, o Conselho de Segurança da ONU, etc.), todas estas esferas, como eu dizia, já são dominadas, em grande medida, pelo poder dos monopólios econômicos. Quer dizer, o grande poder político dos conglomerados econômicos e mesmo a influência política dessas instâncias neoliberais de regulação internacional é um fato, sendo que as decisões de política econômica por elas influenciadas não têm por objetivo a universalização e a distribuição equitativa da produção, e sim a universalização do poder daqueles grupos econômicos – o capital, hoje, prescinde de um grande número de indivíduos, seja enquanto trabalhadores, seja enquanto consumidores; e o processo de acumulação, portanto, segue bem sem esses grupos descartáveis.

Ora, o próprio processo de consolidação da hegemonia neoliberal, desde meados da década de 1970 – começando na Inglaterra com Margaret Thatcher, em 1979 e governando até 1990; nos Estados Unidos com Ronald Reagan, em 1981 e governando até 1989, e daí espalhando-se por outros países da Europa, chegando à América Latina na década de 1990 (se bem que no Chile isto tenha

acontecido bem antes) –, deu-se concomitantemente a um processo de mundialização da economia, dominada de modo paulatino por capitais transnacionais. Nesse sentido, acompanhamos de lá para cá, com especial ênfase a partir da década de 1990, um processo de degradação das condições de vida de uma ampla parcela da população mundial, assim como o ressurgimento, exatamente por causa da globalização econômica, de um processo de degradação do trabalho semelhante àquele descrito por Marx em *O Capital* quando da gênese da própria revolução industrial. Nesse sentido, a retomada das críticas à formalidade dos direitos fundamentais no pensamento filosófico contemporâneo, por parte de um autor fiel à tradição liberal como é o caso de Rawls, mas também de autores mais próximos ao marxismo como Habermas, Honneth, Slavoj Žižek, etc., deixam claro que estamos enfrentando em termos nacionais e em termos internacionais situações de degradação social específicas de pelo menos duzentos anos atrás, ou seja, de que regredimos no que diz respeito à questão social – e essa é a grande ironia, já que temos todas as condições tecnológicas e econômicas para superarmos problemas básicos como a fome, a miséria, o analfabetismo, etc.

Tudo isso me permite dizer que, já hoje, não apenas há uma distribuição extremamente desigual dos recursos, senão que uma ampla parcela da população mundial é prescindível em termos de integração econômica, política e social, nas atuais condições do desenvolvimento econômico – já não há nem condições de fazer uma lembrança das vítimas, dada a quantidade delas que caem vítimas do processo de modernização econômica (e, em seguindo Walter Benjamin, somente essa lembrança *das vítimas* poderia garantir que nossa cultura pudesse adquirir um caráter emancipatório). Portanto, aquele processo descrito acima, de uma guerra pura e simples pelos recursos, em que grupos humanos seriam privados deles, na medida em que tais recursos não poderiam mais ser distribuídos equitativamente, *já acontece*. E já acontece porque, em primeiro lugar, como vimos no primeiro ponto deste artigo, o nível de consumo dos países desenvolvidos não pode ser universalizado, sob pena de um colapso econômico-político e ecológico; em segundo lugar, como vimos nesta seção, essa negação dos recursos a um número cada vez maior de indivíduos e grupos humanos já acontece pelo fato de que, no atual processo

da economia global, uma grande porcentagem de indivíduos é prescindível tanto como mão-de-obra quanto como massa consumidora, sem causar qualquer prejuízo econômico maior. Ora, como venho defendendo, isso se deve ao distanciamento cada vez maior entre a esfera de legitimação democrática (e, no mais das vezes, à criação de uma esfera pública fictícia, despolitizada) e a realização das decisões macro-estruturais em relação à política econômica. No caso, as decisões macro-estruturais em termos de política econômica são tomadas à revelia da discussão e da legitimação democráticas, de acordo com os interesses dos grandes monopólios econômicos e de instâncias neoliberais de regulação internacional suas representantes. Isso implica que o processo de modernização econômica permaneça independente em relação ao controle e à legitimação democráticos, sendo determinado pura e simplesmente pelo poder de classe e pelo poder dos grandes capitais monopolistas.

Uma das características principais do capitalismo tardio consiste efetivamente no fato de que a economia está organizada e dominada de forma monopolística. E esse domínio não implica apenas em que o próprio poder político esteja em grande medida determinado por aqueles grupos econômicos, mas também que a própria economia permaneça autônoma em relação à legitimação e à regulação democráticas. Nesse sentido, se percebe que uma das premissas básicas do liberalismo clássico, a saber, a independência do âmbito econômico em relação à esfera política e administrativa se mantém no capitalismo contemporâneo, regulado em termos de Estado de bem-estar social. Quer dizer, o Estado de bem-estar social tem por objetivo promover o processo de acumulação e fomentar a estrutura de classes, responsabilizando-se pela integração social daqueles grupos dependentes do trabalho e/ou pelas vítimas do processo de modernização econômica. O Estado de bem-estar não intervém, para a realização desse processo de integração social, na estrutura da economia e, aqui, na estratificação social, senão que, por meio de compensações que não afetam nem a estrutura econômica nem a divisão de classes, oferece benefícios aos grupos e aos indivíduos dependentes de ajuda pública. Há uma continuidade evidente na medida em que não há uma intervenção das

estruturas econômicas deficitárias (senão que os poderes normalizadores do Estado em relação à sociedade civil crescem assustadoramente – veja-se as discussões contemporâneas sobre juridificação, paternalismo de bem-estar e mesmo sobre biopolítica), mas sim sua promoção, que é encoberta pelo misto de paternalismo de bem-estar, tecnocracia e cultura de massas; além disso, há uma continuidade evidente do capitalismo tardio em relação ao capitalismo liberal no sentido de que a esfera política é marcada por uma democracia formal, em particular no que diz respeito a esta autonomia da esfera econômica em relação à discussão democrática.

Considerações finais

Interessantemente, nossa discussão sobre a necessidade de proteção ao meio ambiente e aos recursos naturais, sobre se os recursos naturais não renováveis se constituiriam em um direito das gerações atuais e, principalmente, das gerações vindouras diante de um processo de degradação ambiental e social cada vez mais evidente e acelerado, nos levaram a refletir sobre a autonomia da esfera econômica em relação à legitimação democrática – que é efetivamente, como acreditamos, o grande problema quando se pensa não apenas na distribuição dos recursos materiais abundantes que nossa civilização alcançou, mas também quando se pensa na reformulação de uma forma de produção destrutiva tanto em termos ecológicos quanto em termos sociais. À guisa de conclusão, queremos delinear uma resposta, que certamente merece ser trabalhada de maneira mais consistente em trabalhos posteriores, já que esta autonomia da esfera econômica em relação à justificação democrática, que em nosso ver não pode ser mantida por mais tempo, é o *grande problema atual* de um processo de globalização absolutamente injusto, irracional e destrutivo, mas também avassalador, do qual, em grande medida, já perdemos o controle.

A resposta apontaria (a) para a centralidade política e cultural dos movimentos sociais e das iniciativas cidadãs, em particular em uma situação na qual a esfera política é determinada pelo poder econômico monopolista e, neste aspecto, a política econômica adquire independência em relação a

esses movimentos sociais e a essas iniciativas cidadãs; também apontaria (b) para a necessidade de uma progressiva mudança de mentalidade individual e social no que diz respeito ao consumo massivo, na medida em que se pode substituir muitos hábitos consumistas por práticas mais saudáveis, e isso não apenas em termos de alimentação, mas também, por exemplo, em termos de exigência de um transporte público de qualidade, como contraposição, nesse caso, a uma indústria automobilística que joga à sociedade uma produção massiva de veículos poluentes; (c) para o fato de que o *american way of life* não pode ser sustentado, por não ser razoável – uma distribuição equitativa dos recursos e nossa sobrevivência na Terra dependem de um repensar do sentido do progresso social; (d) um controle público mais rigoroso dos mercados internos e um controle supranacional da economia global, no sentido de apontar para uma prevalência dos valores de uso em relação aos valores de troca; (e) a busca por um modelo de desenvolvimento econômico e social equilibrado, que minimize os danos ao meio ambiente e maximize a produção e a distribuição dos valores de uso; (f) uma reformulação no que diz respeito à postura administrativa dos partidos políticos, na medida em que eles estão mais próximos das decisões legislativas sobre a política macro-estrutural do Estado – eles devem possibilitar uma maior aproximação da administração e do legislativo em relação às massas de cidadãos, de modo a democratizar efetivamente o poder político, *médium* a partir do qual a pacificação ecológica e social do capitalismo pode ser levada a efeito; (g) práticas educativas que fomentem novamente a consciência política e a solidariedade cidadãs, solapadas por uma ética protestante e por um individualismo possessivo negadores da solidariedade social, que já mostram sinais de efetivo esgotamento.

As propostas são parciais e, certamente, estão confrontadas com formas econômicas, políticas e midiáticas totalitárias, normalizadoras e alienantes, mas, como sempre, é da sociedade civil, de seus movimentos sociais e de suas iniciativas cidadãs que devem partir os empuxos rumos à transformação política e cultural da sociedade. Esse é o legado que as sociedades democráticas contemporâneas receberam dos movimentos que instauraram a modernidade política, em fins do século XVIII, isto é, de que

são os movimentos provenientes da sociedade civil (e somente eles) que devem democratizar e sensibilizar o poder para os curtos psico-sociais de um processo de modernização econômico e social não apenas avassalador, totalitário, mas também destruidor da vida e da dignidade de amplas parcelas da população, bem como do próprio ambiente natural. Se é certo que dependemos da modernização econômica capitalista, também é certo que, sem uma reformulação de sua dinâmica interna, nossas sociedades continuarão desiguais, injustas, contraditórias e instáveis, social e ecologicamente – daí a necessidade tanto de uma reformulação das relações de produção quanto, para isso, de um controle mais direto e democrático sobre a esfera política e a esfera econômica, cada vez mais interligadas e dependentes, e, por isso mesmo, cada vez mais necessitadas de processos de democracia direta como forma de se evitar sua autonomia em relação à sociedade civil e seu controle oligárquico por grupos econômicos privados.

Referências

CHOSSUDOVSKY, Michel. **Guerra e Globalização: Antes e Depois do 11 de Setembro**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

COOPER, Melinda. **Life as Surplus: Biotechnology & Capitalism in the Neoliberal Era**. Washington: The University of Washington Press, 2008.

DILLON, Michael; REID, Julian. **The Liberal Way of War: Killing to Make Life Live**. New York: Routledge, 2009.

HABERMAS, Jürgen. **O Futuro da Natureza Humana: a Caminho de Uma Eugenia Liberal?** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Direito e Democracia: entre Facticidade e Validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983. v. 2.

_____. **A Inclusão do Outro: Estudos de Teoria Política**. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigações quanto a Uma Categoria da Sociedade Burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento**. Brasília: IPEA, 2010.

JUHASZ, Antonia. **A Tirania do Petróleo: a Mais Poderosa Indústria do Mundo e o que Pode Ser Feito para Detê-la**. São Paulo: Ediouro, 2009.

KLARE, Michael T. **Guerra por los Recursos:** el Futuro Escenario del Conflicto Global. Madrid: Urano, 2003.

RAJAN, Kaushik Sunder. **Biocapital:** the Constitution of Postgenomic Life. Durham and London: Duke University Press, 2006.

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça.** São Paulo: Martins Fontes, 2002a.

_____. **O Liberalismo Político.** São Paulo: Martins Fontes, 2002b.

ROSE, Nikolas. **The Politics of Life Itself:** Biomedicine, Power, and Subjectivity in the Twenty-First Century. New Jersey: Princeton University Press, 2007.

WELZER, Harald. **Guerras Climáticas:** por que Mataremos e Seremos Mortos no Século XXI? São Paulo: Geração Editorial, 2010.